

Repad

Revista Estudos e
Pesquisas em Administração

Vol. 9, N. 2 - Maio-Agosto/2025



UFMT

PARA ALÉM DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO: UM DEBATE INTRODUTÓRIO A RESPEITO DO INTERACIONISMO CRÍTICO NO CAMPO DA GESTÃO

Bruno Medeiros Ássimos
bruno.assimos@gmail.com
Centro Universitário Unihorizontes
Belo Horizonte, MG, BR

Marcelo de Rezende Pinto
marcrez@hotmail.com
Centro Universitário Unihorizontes
Belo Horizonte, MG, BR

RESUMO

Por muito tempo, o interacionismo foi percebido como idêntico à noção de interacionismo simbólico. Contudo, pode-se dizer que se trata de um grupo heterogêneo que abrange muitas vertentes, escolas de pensamento diversas, abordagens teóricas e metodológicas diferentes (Jacobsen, 2019). Dessa forma, este trabalho pretende apresentar e analisar criticamente o interacionismo crítico no campo da administração, mapeando suas interseções paradigmáticas, fundamentos ontológicos e epistemológicos, e suas recomendações metodológicas, de modo a identificar contribuições e lacunas para futuras pesquisas em administração pública e de empresas. Como considerações finais, o texto aponta que o interacionismo crítico se apresenta como uma lente teórica e reflexiva que permite observar complexidades multifacetadas da natureza humana a nível individual, organizacional, cultural e social, oferecendo estratégias de pesquisa que operam a nível restrito, ao mesmo tempo em que inicia estratégias socioestruturais.

Palavras-chave: Interacionismo Crítico; Interacionismo Simbólico; Pesquisa Qualitativa.

BEYOND SYMBOLIC INTERACTIONISM: AN INTRODUCTORY DEBATE ON CRITICAL INTERACTIONISM IN THE FIELD OF MANAGEMENT

ABSTRACT

For a long time, interactionism was perceived as identical to the notion of symbolic interactionism. However, it can be said that it is a heterogeneous group encompassing many strands, diverse schools of thought, and distinct theoretical and methodological approaches (Jacobsen, 2019). Thus, this paper aims to present and critically analyze critical interactionism in the field of administration, mapping its paradigmatic intersections, ontological and epistemological foundations, and its methodological recommendations, to identify contributions and gaps for future research in public and business administration. As final considerations, the text highlights that critical interactionism presents itself as a theoretical and reflective lens that enables us to observe the multifaceted complexities of human nature at the individual, organizational, cultural, and social levels, offering research strategies that operate at a micro-level while also initiating sociostructural strategies.

Key-words: Critical Interactionism; Symbolic Interactionism; Qualitative Research.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, o interacionismo foi percebido como idêntico à noção de interacionismo simbólico. Ou seja, os interacionistas simbólicos dão maior ênfase ao significado subjetivo, isto é, como interações repetidas e significativas entre os indivíduos definem a construção da sociedade (CARTER; FULLER, 2016). Contudo, para além dessa definição, não se pode deixar de levar em consideração que o interacionismo representa um grupo heterogêneo que abrange muitas vertentes, escolas de pensamento, abordagens teóricas e metodológicas diferentes (JACOBSEN, 2019). De maneira genérica, o termo interacionismo simbólico é entendido como o estudo da interação social (McCALL; SIMMONS, 1978), sendo muitas vezes recomendável utilizar o termo sociologias interacionistas para reconhecer as diversas posturas existentes (REYNOLDS; HERMAN-KINNEY, 2003).

Historicamente, a noção de interacionismo simbólico advém de 1937, exposta pela primeira vez por Herbert Blumer. Entretanto, o interacionismo simbólico, como é genericamente conhecido, passou a se expandir significativamente apenas nas décadas de 1960 e 1970, como parte das chamadas sociologias criativas. Ainda que o interacionismo simbólico pareça permanecer como o centro da sociologia interacionista, esta avança sobre disciplinas próximas, fazendo com que o interacionismo seja encontrado em diferentes formas: interacionismo marxista, existencial, crítico, interpretativo, fenomenológico, cognitivo, semiótico, cultural, radical, feminista, interseccional, ecológico, dentre outros (JACOBSEN, 2019).

No campo da Administração, é possível citar alguns trabalhos que já se debruçaram sobre questões envolvendo o interacionismo simbólico: Carvalho (2011) buscou apontar as possibilidades de análise para os estudos organizacionais. Miguel e Popadiuk (2019) propuseram um modelo teórico integrado, combinando os constructos Polanyi e Peirce - conhecimento tácito e semiótica, respectivamente, sob a perspectiva interacionista simbólica. No campo da gestão de pessoas, Barros, Capelle e Guerra (2019) apresentam uma discussão teórica e metodológica para o estudo de carreira na perspectiva do interacionismo simbólico.

Não se pode deixar de mencionar que a difusão de diferentes perspectivas, muitas vezes entrelaçadas, cresceu com maior intensidade nos últimos vinte anos, trazendo tanto desafios quanto oportunidades. Por exemplo, é comum que os interacionistas tragam debates de teóricos como Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Judith Butler, ainda que, para Jacobsen (2019), o interacionismo em si já contemple ideias originais sobre os tópicos trabalhados pelos três. As múltiplas perspectivas do interacionismo tendem a se manter mais próximas às ideias centrais, tradicionalmente difundidas. Contudo, é possível perceber um movimento de alguns autores em se deslocarem em direção a posições mais críticas, culturais, estruturais ou macro orientadas, muitas vezes como consequência da baixa capacidade do interacionismo simbólico tradicional em lidar com questões sistemáticas como o poder, a desigualdade, a estrutura social, a dominação e outras questões macrosociológicas (SANDSTROM; FINE, 2003; JACOBSEN, 2019).

Nesse ponto, vale destacar que, diferentemente de outras vertentes interacionistas, o interacionismo crítico distingue-se por articular de forma integrada a dimensão micro das interações cotidianas e a dimensão macro das estruturas sociais, ideologias e relações de poder. Enquanto o interacionismo simbólico tradicional enfatiza o significado subjetivo atribuído às experiências individuais, e a teoria social crítica concentra-se sobretudo nas desigualdades estruturais e nas condições de dominação, o interacionismo crítico combina ambos os enfoques. Ou seja, busca-se compreender como símbolos, significados e identidades são construídos nas interações sociais, ao mesmo tempo em que revela como esses processos estão atravessados por

contextos históricos, políticos e econômicos mais amplos. Essa combinação confere ao paradigma não apenas maior sensibilidade analítica, mas também uma orientação emancipatória, interessada em identificar formas de resistência, transformação e justiça social no âmbito das práticas organizacionais e administrativas.

Dessa forma, este trabalho pretende introduzir o debate no campo da gestão acerca da vertente mais crítica do interacionismo, também denominado interacionismo crítico. Nesse sentido, este ensaio teórico tem por objetivo apresentar e analisar criticamente o interacionismo crítico no campo da administração, mapeando suas interseções paradigmáticas, fundamentos ontológicos e epistemológicos, e suas recomendações metodológicas, de modo a identificar contribuições e lacunas para futuras pesquisas em administração pública e de empresas. Ainda que seja difícil reivindicar um domínio chamado de interacionismo crítico (SANDSTROM; MARTIN; FINE, 2001), este trabalho o fará a partir de autores já tradicionalmente presentes no campo da sociologia interacionista, aproveitando-se de suas expertises e posicionamentos.

O artigo, assim, parece conter alguns elementos que o tornam oportuno para o campo da Administração. Em primeiro lugar, o interacionismo crítico se alinha com a afirmação de Denzin (2017), o qual advoga a favor de que nunca houve uma necessidade tão grande de investigações qualitativas críticas que importem na esfera pública. Assim, este é um momento histórico que clama por visões emancipatórias, por visões que inspirem investigações transformadoras e por investigações que podem fornecer a autoridade moral para mover as pessoas. Ou seja, a busca por justiça social dentro de um paradigma transformador desafia as formas prevaletentes de desigualdade, pobreza, opressão humana e injustiça. Em segundo lugar, pode-se afirmar que o debate aqui apresentado relacionado ao interacionismo crítico pode servir de base para discussões que possibilitem ao pesquisador de fenômenos relacionados às organizações trazer à baila as imbricações desses fenômenos com questões sociais mais amplas e complexas. Por fim, é importante assinalar que o interacionismo crítico pode ser mais uma corrente que, articulada com outras discussões, métodos e técnicas, possa ampliar o rol de possibilidades para os pesquisadores do campo da Administração.

O texto foi organizado da seguinte forma: dedicamos um espaço para apresentar questões fundamentais do interacionismo crítico, envolvendo as interseções paradigmáticas, bem como a visão do método quanto à natureza humana e algumas recomendações metodológicas. É toda essa discussão que oferecerá subsídios para as ponderações finais do trabalho com o apontamento de possibilidades de pesquisas futuras.

O INTERACIONISMO CRÍTICO: ONTOLOGIA, EPISTEMOLOGIA, INTERSEÇÕES PARADIGMÁTICAS, VISÃO SOBRE A NATUREZA HUMANA E RECOMENDAÇÕES METODOLÓGICAS

Essa seção traz à luz os principais elementos acerca do interacionismo crítico principalmente no que tange aos aspectos relativos às interseções paradigmáticas, ontologia, epistemologia, visão sobre a natureza, bem como as recomendações metodológicas. De início, vale lançar mão de Mead (1934, 2015), o qual acreditava que o método científico poderia ser estendido a todas as áreas da investigação intelectual. Na visão dele, o mundo, conforme concebido pela ciência, está localizado dentro de um mundo mais amplo que é experimentado e composto por aquilo que é comum e verdadeiro para vários observadores. Uma parte do mundo, conforme experimentada, é privada; mas uma parte é social ou comum, como a ciência o concebe. De maneira ampla, a sociologia parece ser dividida entre aqueles que estudam os fenômenos sociais em larga escala (como as sociedades, instituições econômicas e políticas) e

aqueles que estudam a vida social diretamente vivenciada pelos indivíduos (como os pequenos grupos e a formação de identidades) (SMITH; JACOBSEN, 2019).

Ao lançar mão de uma investigação de cunho crítico, é preciso ir além do nível individual de análise para descortinar contextos estruturais, arranjos de poder e ideologias coletivas sobre as quais a análise irá se basear (CHARMAZ, 2016). Dessa forma, os trabalhos rotulados como críticos tendem a incluir uma preocupação expressiva com a justiça, o poder e a desigualdade, normalmente amparados em um paradigma transformador que almeja expor, se opor e corrigir as formas de desequilíbrio identificadas (MERTENS, 2009; DENZIN, 2015).

Na sociologia interacionista, tais objetivos tendem a ser rotulados com o termo interacionismo crítico, que foi sugerido por Sandstrom e Fine (2003) para descrever a convergência das perspectivas micro e macro de análise. O trabalho de Sandstrom e Fine (2003) é fruto da discussão do trabalho de Hall (1997): “*Meta-power, social organization, and the shaping of social action*”, em que o autor debate o desenvolvimento de uma estrutura de análise interacionista crítica de poder, política e formação de políticas, com influência das teorias de Karl Marx e George Mead, especialmente ao conceber ligações entre as ações locais e as desigualdades não locais.

Tradicionalmente, o interacionismo simbólico e a crítica têm sido entendidos como divergentes. Geralmente, o interacionismo simbólico é considerado uma perspectiva advinda da psicologia social, enquanto a perspectiva crítica se enquadra solidamente na sociologia. Suas epistemologias são diferentes, assim como o foco adotado (DENZIN, 1997). O interacionismo simbólico dedica-se a uma análise micro e individual, enquanto a perspectiva crítica trabalha com uma análise macro e social. Essa diferença é refletida em alguns conceitos e princípios, bem como em seus objetivos e preocupações principais (ATHENS, 2014).

De maneira geral, a teoria social crítica é baseada em uma ontologia realista crítica, que sustenta a existência de uma realidade que nunca pode ser completamente conhecida ou compreendida. Uma posição realista crítica encontra no objetivo da teoria crítica a sua evidência, o que inclui um movimento de falsa consciência em direção à verdadeira consciência. Epistemologicamente, os teóricos críticos defendem uma visão subjetivista baseada na crença de que a observação objetiva é impossível, já que o processo de investigação é sempre imputado pelos valores do observador (BURBANK; MARTINS, 2009).

Dessa forma, o interacionismo simbólico e a teoria social crítica são perspectivas que mantêm suas próprias semelhanças e diferenças, sendo elas necessárias para se estudar problemas complexos, o que significa levar em consideração características micro e macro (BURBANK; MARTINS, 2009). Latour (2004) explana duas táticas importantes na crítica, a posição de fala, que concebe o mundo como uma projeção, e a posição de fato, que entende que as pessoas não sabem como é o mundo em sua totalidade, já que todas estão inseridas em estruturas muitas vezes onipresentes e sutis na superfície, chamadas de *habitus*, campo, discurso, classe, interseccionalidade, neoliberalismo ou outro conceito da teoria social. Em escalas macrossociológicas, é comum que os arranjos estruturais sociais sejam utilizados como objetos de reificação, transladando o conceito de agência aos próprios padrões estruturais para explicá-los. Contudo, a questão indica parcimônia, já que os padrões são a estrutura; no sentido de que analisá-la como causa dos fenômenos significaria manter a investigação em círculo. O que conduz os indivíduos a fazerem as coisas de maneira regular e em conjunto é o próprio ato de fazer as coisas em conjunto, o que não diz muito sobre a natureza, as origens e as consequências da ação padronizada; o que torna a discussão epistemológica importante (SMITH; JACOBSEN, 2019).

A chamada “virada interpretativa”, da qual o interacionismo crítico faz parte, é uma denominação concedida ao uso de epistemologias interpretativas mais recentes, assentadas no

arcabouço de teorias pós-modernas e pós-estruturalistas (CLARKE; FRIESE; WASHBURN, 2018). Ainda que os conceitos sejam de difícil consenso, a teoria social pós-moderna é constantemente associada ao trabalho de autores como Jean-François Lyotard, Jean Baudrillard, Gilles Deleuze e Felix Guattari. A pós-modernidade não possui um delineamento unificado e rígido de elementos teóricos, mas se apresenta como um conjunto de possibilidades em contínua elaboração, o que envolve não vislumbrar os paradigmas teóricos e metodológicos dominantes como única fonte de explicação (FONTANA, 2002). Já a envergadura pós-estruturalista almeja aproximar-se de situações por pouco impensáveis, complexas e inter-relacionadas. Inicialmente, a epistemologia pós-estruturalista desenvolveu-se como uma crítica ao estruturalismo, uma abordagem sistêmica fortemente ligada à linguística. Estudiosos pós-estruturalistas como “Barthes, Jacques Lacan, Michel Foucault e Jacques Derrida abandonaram a busca por estruturas universais na linguagem, assumindo que a linguagem é um sistema instável de referências que nunca pode ser totalmente capturado” (CLARKE; FRIESE; WASHBURN, 2018, p. 82).

Para Clarke (2005), as distinções entre o pós-modernismo e o pós-estruturalismo são ofuscadas por preocupações e perspectivas em comum, especialmente no que tange à natureza do conhecimento. Ambas abarcam perspectivas interpretativas em que todos os tipos de conhecimento, inclusive o leigo, são tidos como produzidos socialmente, estando atrelados aos locais em que são produzidos e consumidos, ou seja, suas situações de origem e uso (BERGER; LUCKMANN, 2005), além de serem localizados histórica e geograficamente. Dessa forma, a generalização é considerada simplória, muitas vezes tida como uma estratégia hegemônica que silencia e apaga outras perspectivas (GRAMSCI, 1971).

O cerne de epistemologias contemporâneas, que pautam paradigmas como o interacionismo crítico, coloca em xeque qualquer método ou teoria que reivindica o conhecimento como universal ou privilegiado, suspeitando de todas as alegações de verdade como maneiras de servir a interesses determinados. Contudo, isso não as faz considerar todos os métodos tradicionais de fazer e saber como arcaicos. Ao contrário disso, amplia tais métodos e introduz novos que também estão sujeitos às críticas. Neste caso, a pesquisa abandona os contornos da passividade e se apresenta como valiosamente política em um mundo cada vez mais complexo e heterogêneo. Sob estas condições, novos métodos são necessários (LATHER, 2007).

Sob este contexto, a virada interpretativa apontada por Clarke, Friese e Washburn (2018) reconhece a natureza política das práticas de pesquisa, o que inclui a própria interpretação, que é a reflexividade dos pesquisadores sobre os processos e produtos da pesquisa; a crise de representação; as questões relativas à legitimidade e autoridade dos pesquisadores e pesquisados; e o reposicionamento do pesquisador de analista onisciente para participante reconhecido na produção de conhecimentos sempre parciais.

Nesta seara, o interacionismo crítico combina o interacionismo simbólico, um paradigma muito presente em estudos qualitativos, e a teoria social crítica em uma nova abordagem, mais ampla, atenta aos elementos micro e macro de análise. Em uma extensão da discussão, o interacionismo simbólico compreende os seres humanos como seres sociais. Os indivíduos e a sociedade são inseparáveis, sendo cada um moldado por meio da interação social e compreendido em termos do outro. Dessa forma, o comportamento seria determinado por interpretações reflexivas e socialmente derivadas dos estímulos internos e externos presentes (CHARMAZ, 2016). Os símbolos, especialmente as palavras, formam um conceito central da perspectiva interacionista simbólica. Eles são objetos sociais utilizados intencionalmente para representar e comunicar. O processo de interação simbólica começa com a interação do

indivíduo consigo mesmo e com os outros de seu grupo de referência, que podem ser diversos em quantidade e características. (CHARMAZ, 2017).

Já a teoria social crítica usa a consciência de nível social para expor as desigualdades sociais. Esta perspectiva teórica é oriunda da crença de que os significados sociais estruturam a vida por meio da dominação social. Por exemplo, Jürgen Habermas e Howard Waitzkin utilizam a teoria social crítica para compreender as desigualdades de poder e a opressão ao nível do indivíduo, ao mesmo tempo que inspiraram um novo foco em questões sistêmicas para reequilibrar as desigualdades (DENZIN, 2017). A teoria da ação comunicativa de Habermas (1987) trouxe a teoria social crítica para o nível individual e afirmou que todas as desigualdades de poder observadas na sociedade podem ser encontradas nas interações individuais entre as pessoas. Ao ler sobre tais pontos, Denzin, em 1998, já postulava um interacionismo interpretativo crítico emancipatório, com atenção à linguagem e ao comportamento que considerasse gênero, raça e classe, dentre outras características.

Contudo, antes de prosseguir, é importante ter em mente que as palavras dominação e opressão possuem conceitos distintos. Dominação se refere ao poder influenciador sobre outra pessoa, já a opressão se refere ao exercício injusto ou cruel de autoridade ou poder. A emancipação, conceito mencionado anteriormente, se caracteriza pelo esforço para se libertar de determinada situação ou obter justiça social e é o objetivo da perspectiva crítica, em que uma sociedade é transformada pelo poder pessoal e coletivo de seus membros. Importante acrescentar que a ideologia é o conjunto entrelaçado de ideias e doutrinas vistas a partir da perspectiva de um grupo social, ela alcança a hegemonia quando atua de maneira dominante em uma sociedade, sendo usada para julgar o que é certo ou errado (CHARMAZ, 2017).

Assim, o interacionismo crítico permite que a pesquisa se movimente entre os níveis ascendente e descendente, além dos níveis micro e macro. Isso significa que, por exemplo, a centralização da prática médica em uma intervenção cirúrgica para reduzir a obesidade e as consequentes doenças crônicas que ela provoca são estratégias descendentes ao próprio problema que pretendem resolver, ou seja, elas não irão abordar os fatores estruturais que contribuem para os problemas de saúde do indivíduo (ATHENS, 2014).

Neste mesmo exemplo, uma perspectiva interacionista crítica incluiria as estratégias individuais focadas no tratamento dos problemas imediatos da obesidade, como a perda de peso advinda da restrição alimentar, o uso de medicamentos e a cirurgia bariátrica, enquanto trabalharia para prevenir os problemas crônicos de saúde também a nível estrutural, analisando práticas de estilo de vida juntamente com estratégias a nível do sistema alimentar para direcionar as indústrias alimentares que contribuem para os problemas de saúde relacionados à obesidade (ATHENS, 2014). Em síntese, o interacionismo crítico “se moveria em todos os níveis do sistema, abordando a prevenção e o tratamento, a jusante e a montante, por meio de análise e intervenções com os fatores estruturais/políticos/econômicos” que contribuem para o problema (MARTINS; BURBANK, 2009, p. 324).

Como convergência, é possível pensar que o objetivo da teoria social crítica é a emancipação por meio do equilíbrio das desigualdades de poder. Uma das premissas da definição de situação, por exemplo, entende que as mesmas podem ser redefinidas por meio da interação com outras situações (MARTINS; BURBANK, 2009). Assim, “é possível que um grupo de pessoas com pouco poder se organize, redefinindo a situação para si e para os outros no poder, aumentando sua própria base de poder dentro da estrutura social” (MARTINS; BURBANK, 2009, p. 320).

Assim, talvez um grupo com pouco poder possa se organizar e aumentar sua própria base de poder dentro da estrutura social, redefinindo a situação para si mesmo. Como resultado, um movimento de base pode ganhar poder e voz redefinindo a situação para aqueles que estão

no poder (BURBANK; MARTINS, 2019). Em síntese, as características de cada paradigma podem ser brevemente visualizadas no Quadro 1.

Quadro 1: Resumo sobre diferentes aspectos do interacionismo simbólico, teoria social crítica e interacionismo crítico

	Interacionismo Simbólico	Teoria social crítica	Interacionismo crítico
Disciplina	Psicologia Social	Sociologia	Interdisciplinar
Nível de foco	Micro	Macro	Macro e micro
Ontologia	Pragmatismo, relativismo	Realismo crítico	Pragmatismo
Epistemologia	Subjetivo, relativo a quem os observa. A realidade é socialmente construída. Relativismo objetivo.	Subjetivismo, observação carregada de valores.	Subjetivismo, interpretativismo.
Objetivo	Compreenda as ações humanas com base nas definições e significados que elas têm do mundo ao seu redor.	Emancipação, intervenções para promover o equilíbrio igualitário de poder.	Compreender e intervir nos níveis a jusante e a montante, examinando ambos os significados e estruturas repressivas organizacionais e sociais.
Conceitos principais	Significado, <i>self</i> , interação, símbolos, atos, perspectivas	Poder, classe social, ideologia, opressão, emancipação.	Significado e poder. Macro - classe social, ideologia, opressão, emancipação. Micro - <i>self</i> , interação, símbolos, atos, perspectivas.
Perspectivas	Derivado de grupos de referência e outros orientadores. O <i>self</i> do espelho - nos vemos como os outros nos veem.	Hegemonia ideológica - pensamento dominante penetrante que permeia a sociedade em todos os níveis.	Derivado de grupos de referência e outros orientadores que perpetuam o pensamento dominante generalizado.
Visão de seres humanos	Eu e eu, socialmente construídos, livres para dar sentido ao mundo social e para escolher respostas.	Liberdade limitada e socialmente construída para escolher a resposta e o resultado das relações de poder que restringem suas respostas,	Eu e eu, socialmente construídos, com vários graus de liberdade socialmente restrita para dar sentido a seus mundos e escolher respostas.

Fonte: Burbank e Martins (2019, p. 101, adaptado).

Além disso, é preciso pensar na execução metodológica aderente ao interacionismo crítico. As implicações metodológicas da virada interpretativa requerem considerar a situação, a variação e as diferenças dos mais diferentes tipos em suas complexidades, multiplicidades, instabilidades e contradições, trazendo para a análise da representação uma quantidade maior de elementos, muitas vezes desconsiderados por grande parte da pesquisa social.

Dessa forma, metodologias sustentadas pelo interacionismo crítico necessitam trabalhar com uma situação de investigação fundamentada em novas abordagens analíticas. O foco analítico precisa ir além do sujeito portador do conhecimento para se concentrar plenamente na

situação de investigação amplamente concebida (CLARKE, 2003). Os métodos devem possuir o objetivo de capturar complexidades ao contrário de simplificar, buscando clarear processos desiguais de mudança e estabilidades; separando atores e posições com o intuito de deixar claro as contradições, ambivalências e irrelevâncias, incentivando o pesquisador a elucidar perspectivas marginalizadas e conhecimentos subjugados, muitas vezes considerados ilegítimos. A pesquisa precisa expor o que significa coexistir heterogeneamente em uma sociedade global que é complexa e muitas vezes instável (CLARKE; FRIESE; WASHBURN, 2018).

Para Clarke (2005), são necessárias metodologias que levem em consideração as diferenças individuais e coletivas a fim de gerar políticas sociais mais justas e equitativas nos campos da educação, bem-estar, saúde, velhice ou deficiências, por exemplo. Portanto, as pesquisas precisam ser fundamentadas em empirismo para que possam efetivamente contribuir por meio do conhecimento complexamente explicitado. Como alerta, não se deve ingenuamente pensar que todas as mudanças desejadas serão alcançadas por meio da pesquisa, o importante é tê-la como mais um passo na construção deste objetivo. Um tijolo a mais que sustenta, faz a diferença e compõe a trajetória de mudança.

Por exemplo, alguns métodos seguem o caminho pós-estruturalista de Foucault em discursos históricos, narrativos/textuais e visuais para descentralizar o sujeito de conhecimento na pesquisa empírica, fazendo com que outros elementos emergam. Assim, torna-se necessário atentar-se aos objetos nas situações de pesquisa: objetos culturais, tecnologias, mídia, todas as coisas não humanas, animadas e inanimadas que também constituem as situações estudadas. Alguns são produtos da ação humana, sendo possível estudar a produção de processos; outros são interpretados como “naturais”, sendo possível estudar sua trajetória de construção (CLARKE; FRIESE; WASHBURN, 2018).

Assim, a pesquisa interacionista crítica busca alcançar um estudo aprofundado das questões que investiga e, na maioria dos casos, requer um envolvimento próximo e sustentado com os participantes nela envolvidos, o que acaba se manifestando na forma de um engajamento com os problemas de pesquisa, algo comum na pesquisa-ação participativa crítica, predominantemente qualitativa (DICK, 2007).

Eisenhart e Jurow (2011) sugerem um modelo de ciência qualitativa que é interpretativo e prático, e ao se aproximar do pragmatismo, o interacionismo crítico se afasta da questão sobre se realmente existe ou não uma realidade “lá fora” para, ao invés disso, procurar um conhecimento que seja útil para resolver problemas (BURBANK; MARTINS, 2009). A epistemologia pragmática do interacionismo crítico concentra-se na resolução de problemas, compreendendo e intervindo em diferentes níveis por meio da compreensão de significados carregados de valor a nível individual e grupal, além de estudar as estruturas repressivas em níveis organizacionais e sociais.

Em grande parte das vezes, o enfoque do trabalho crítico contempla os significados, sejam eles imbuídos na linguagem ou ocultos em silêncios, ou seja, as ações podem falar sem a necessidade de palavras. Assim, uma percepção mais cuidadosa pode aumentar a consciência do pesquisador sobre o alcance e o conteúdo do poder, já que o foco pragmatista crítico envolve vislumbrar como as pessoas resolvem os problemas emergentes ou não da vida cotidiana (CHARMAZ, 2016).

Para Charmaz (2016), a pesquisa qualitativa crítica é (1) compatível com a filosofia pragmatista, (2) afasta epistemologias positivistas, (3) busca alcançar várias disciplinas com o intuito de avançar sobre a temática da justiça social e (4) promove o desenvolvimento da consciência social. Reunidos, tais pontos ultrapassam a importância das delimitações teóricas de cada disciplina e trazem o poder e a desigualdade para o centro do trabalho, fazendo com

que muitas questões fluam dos pesquisadores acerca dos dados e do contexto em que esses foram produzidos.

Já para Denzin (2017), a pesquisa qualitativa crítica pode contribuir para a justiça social da seguinte maneira: (1) pode ajudar a identificar as diferentes definições de um problema e/ou uma situação que está sendo avaliada e se há algum acordo de que a mudança é necessária; (2) as suposições mantidas pelas partes interessadas - legisladores, clientes, profissionais, dentre outros - podem ser localizadas e identificadas como corretas ou incorretas; (3) os pontos estratégicos de intervenção em situações sociais podem ser revelados; (4) é admissível sugerir pontos de vista morais alternativos a partir do problema de pesquisa. Devido à ênfase na experiência e seus significados, o método interpretativo crítico sugere que as questões devem ser julgadas por e do ponto de vista das pessoas diretamente afetadas; (5) os limites das estatísticas e avaliações estatísticas podem ser expostos por meio de abordagens qualitativas e interpretativas.

Assim, Denzin (2017) defende uma pesquisa crítica que apresente uma forma de escrita performativa, dialógica e pedagógica, que conte ao descrever. Para o autor, a abordagem colaborativa só deve ser usada quando o pesquisador deseja examinar a relação entre os problemas pessoais, coletivos, as políticas públicas e as instituições públicas que foram criadas para resolver esses problemas. Os pesquisadores que aqui se localizam não são observadores objetivos e politicamente neutros, eles estão historicamente e localmente situados dentro dos próprios processos que estão sendo estudados, se situam nas fronteiras epistemológicas entre o pós-positivismo e o pós-estruturalismo, trabalhando nos centros e nas margens de disciplinas que se cruzam.

Nesta concepção, a visão interpretativa da interação social em oposição ao paradigma normativo guia a condução metodológica, fazendo com que os significados das situações e a ações sejam interpretados e reinterpretados em contextos sociais mais amplos (CLARKE; FRIESE; WASHBURN, 2018). Contudo, antes da conexão da crítica à emancipação ou, preferencialmente dizendo, à transformação do indivíduo por si mesmo, é preciso pensar que uma pergunta de pesquisa aparentemente inocente pode levantar dúvidas e estimular análises críticas que ajudarão a contribuir para a promoção dos direitos humanos. Isso inclui uma mudança não apenas em determinado fenômeno, mas na própria estrutura de pesquisa e no pesquisador (CHARMAZ, 2016). O ato de autoconsciência envolve delinear as relações de interseção com o poder, a identidade, a subjetividade e a marginalidade, o que vale para o pesquisado e para o pesquisador, em um tipo de autoconsciência metodológica ancorada na reflexividade (HARDING, 1991) e na posicionalidade (CLARKE, 2005).

Reflexividade e posicionalidade nas questões críticas, em adição, dizem respeito ao que os pesquisadores enxergam e se eles enxergam o que pensam que enxergam, bem como as coisas que aconteceram e para onde elas estão caminhando, o que implica pensar sobre o que está acontecendo agora e no que isso pode trazer para os vários atores de determinado cenário no futuro (CHARMAZ, 2016). Não obstante, muitos trabalhos que se apoiam em uma reflexividade profunda não contemplam menções aos privilégios conquistados ou àqueles derivados de raça, gênero, classe social, dentre outros. Quando se olha para os próprios conjuntos de preconceitos, mais obstáculos são encontrados para o desenrolar de um trabalho crítico, por exemplo, as apostas territoriais das disciplinas e as competições a elas vinculadas, como a “metodolatria”, ou seja, a certeza do método correto de se fazer como possibilidade restrita de se estudar determinada questão (CHARMAZ, 2017).

Para Martins e Burbank (2011), um método de pesquisa que exemplifica a perspectiva interacionista crítica é a pesquisa-ação participativa ou a pesquisa-ação comunitária. A pesquisa-ação participativa torna o pesquisador um intervencionista que trabalha em estreita

colaboração com seus pesquisados, ao mesmo tempo que tenta entendê-los, o que permite uma pesquisa pautada pela crítica e a justiça social, além de questionar o conhecimento especializado.

A pesquisa de perspectiva crítica deve ser eticamente responsável, possuindo um compromisso declarado com a justiça social por meio de trabalhos que fazem a diferença na vida das pessoas. O desejo de se criar esse tipo de pesquisa parte de alguns pressupostos: ela coloca as vozes dos negligenciados no centro da investigação; usa a pesquisa para revelar locais de mudança e ativismo; usa a pesquisa para ajudar as pessoas; afeta a política social ao fazer com que as críticas sejam levadas aos formuladores de políticas públicas; e provoca mudanças na vida do investigador, servindo assim como um modelo de mudança para os outros (DENZIN, 2017).

Por fim, o pesquisador interacionista crítico fala a partir de uma posição moral e ética informada, já que está ancorado em uma comunidade específica de discurso moral. Dessa forma, os pesquisadores devem deixar claras suas próprias posições de valor, incluindo os chamados fatos e suposições ideológicas que atribuem a essas posições. Os pesquisadores devem identificar e analisar os valores e reivindicações de conhecimento objetivo que organizam posições contrárias às suas. Ao fazê-lo, mostrarão como tais apelos à ideologia e ao conhecimento objetivo refletem um determinado ponto de vista moral e histórico, demonstrando como prejudicam e enfraquecem os membros de um grupo específico. Metodologicamente, os pesquisadores se envolvem em medidas concretas de mudança, podendo ensinar às pessoas como agregar novos valores e significados às identidades ou chamar a atenção para elementos e textos culturais marginalizados e estigmatizados pela cultura mais ampla. Assim, direta e indiretamente, demonstram como certos fatores descaracterizam pessoas e reproduzem preconceitos e estereótipos (JACOBSEN; PICART, 2019).

APLICAÇÕES DO INTERACIONISMO CRÍTICO NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO

Considerando os elementos ontológicos, epistemológicos e metodológicos já discutidos, torna-se relevante avançar para uma reflexão acerca de como o paradigma do interacionismo crítico pode ser articulado na prática de pesquisas no campo da Administração. Tal movimento é fundamental, pois amplia o escopo teórico do debate e o conecta a agendas de pesquisa concretas, capazes de explorar fenômenos organizacionais e sociais em sua complexidade, sem perder de vista a centralidade da justiça social e das relações de poder. Assim, apresentam-se a seguir algumas possibilidades de aplicação e temas que podem ser investigados a partir dessa perspectiva.

Na prática, articular o interacionismo crítico implica adotar abordagens metodológicas que deem visibilidade a vozes marginalizadas e que problematizem como discursos dominantes influenciam práticas administrativas. A pesquisa-ação participativa é um caminho fértil, pois envolve os participantes como coautores da investigação, permitindo identificar pontos de resistência e possibilidades de transformação em contextos institucionais. Além disso, métodos qualitativos como análise situacional (CLARKE, 2003), etnografia crítica ou estudos de discurso inspirados em Foucault podem revelar como relações de poder se manifestam em microinterações e como se articulam com estruturas macro de dominação.

Alguns exemplos de temas de pesquisa aplicáveis no campo da Administração podem ilustrar essa articulação. Um primeiro eixo envolve gestão pública e políticas sociais. Pesquisas podem investigar como burocracias reproduzem desigualdades de gênero, raça ou classe no acesso a serviços, examinando simultaneamente as interações entre usuários e agentes públicos

e os dispositivos institucionais que sustentam tais assimetrias. Outro eixo diz respeito à gestão de pessoas em organizações: o interacionismo crítico permite analisar como identidades profissionais são construídas sob discursos organizacionais hegemônicos, como ocorre em programas de diversidade que, ao mesmo tempo em que promovem inclusão simbólica, podem manter estruturas de exclusão material.

Na esfera da estratégia e governança organizacional, o paradigma pode ser aplicado ao estudo de como práticas de governança corporativa são influenciadas por ideologias neoliberais, ao mesmo tempo em que afetam a agência de gestores e trabalhadores. Já no campo do consumo e do marketing, pesquisas poderiam explorar como consumidores negociam significados culturais em torno de marcas e produtos, mas também como esses significados estão entrelaçados a estruturas de desigualdade e exclusão. Por exemplo, investigações sobre consumo sustentável poderiam articular práticas individuais de consumo consciente às pressões estruturais da indústria e da política econômica.

Outro campo promissor refere-se à saúde organizacional e trabalho, examinando como políticas de bem-estar corporativo abordam questões como burnout e adoecimento mental. Um olhar interacionista crítico permitiria identificar como narrativas de autocuidado deslocam a responsabilidade para o indivíduo, ocultando fatores estruturais como intensificação do trabalho ou precarização contratual.

Em todos esses exemplos, o desafio metodológico é duplo: capturar os significados e interações produzidos pelos atores sociais e, ao mesmo tempo, mapear como tais práticas se vinculam a estruturas de poder mais amplas. Isso demanda do pesquisador reflexividade sobre sua própria posição, compromisso ético com a justiça social e abertura ao diálogo interdisciplinar. Assim, o interacionismo crítico não apenas amplia o repertório de temas em Administração, mas também fornece ferramentas para repensar o papel da pesquisa como prática transformadora.

Ao delinear essas implicações práticas e potenciais agendas de pesquisa, reforça-se que o interacionismo crítico não deve ser compreendido apenas como um referencial abstrato, mas como um paradigma capaz de orientar investigações comprometidas com a transformação social. Essa articulação entre teoria e prática prepara o terreno para as considerações finais do artigo, nas quais se destacam as contribuições, limites e caminhos futuros do interacionismo crítico para o campo da Administração.

PONDERAÇÕES FINAIS

No interacionismo crítico, os méritos do interacionismo simbólico e da teoria social crítica são preservados enquanto suas áreas de proximidade são fortalecidas. Isso significa que para os autores que trabalham com o paradigma do interacionismo crítico, os conceitos de significado do interacionismo simbólico e da emancipação da teoria social crítica se movem para analisar condições humanas complexas. Para Burbank e Martins (2019, p. 103), “os conceitos de grupos e de *self* do interacionismo simbólico e de hegemonia ideológica da teoria social crítica são usados em conjunto para compreender como a ideologia dominante pode ser transmitida a todas as classes sociais dentro da sociedade”. Os autores afirmam que é possível gerar novos conhecimentos e transformar a condição humana no nível individual e social (macro), realizando mudanças positivas e duradouras (BURBANK & MARTINS, 2011; CLARKE, 2005).

O interacionismo crítico é útil como uma lente teórica e reflexiva que permite observar complexidades multifacetadas da natureza humana a nível individual, organizacional, cultural e social, oferecendo estratégias que operam a nível individual, ao mesmo tempo que inicia

estratégias socioestruturais de empoderamento, defesa e mudança social. Entretanto, é preciso pensar que este não é um caminho fácil. Para que este nível de envolvimento com problemas complexos seja alcançado, uma equipe de profissionais capaz de alcançar diferentes níveis de análise é necessária. Sob esta esfera, a pesquisa-ação participativa acaba se tornando uma perspectiva metodológica relevante para o interacionismo crítico. De maneira geral, no interacionismo crítico, métodos mistos são estimulados para que os pesquisadores possam obter maior compreensão de grandes volumes de dados (BURBANK & MARTINS, 2019).

Como objetivo final, o interacionismo crítico oferece um espaço para que vozes marginalizadas, histórias alternativas e novas maneiras de escrever e representar o passado possam se manifestar. Tal discurso performativo está concebido sobre uma política de resistência, de novas possibilidades (MADISON, 2012; FREIRE, 1999).

Assim, a pesquisa interacionista crítica contribui para a justiça social das seguintes maneiras: (1) pode auxiliar a identificar distintas definições de um problema em que exista algum nível de acordo sobre a necessidade de mudança; (2) as conjecturas das várias partes interessadas podem ser apontadas e comprovadas como corretas ou incorretas; (3) pontos de intervenção social podem ser identificados; (4) é possível a sugestão de pontos de vista alternativos sobre os quais o problema pode ser interpretado e avaliado de maneira macro. Dado o efeito da interpretação, é preciso ter em mente que os problemas precisam ser avaliados por e do ponto de vista dos indivíduos diretamente afetados; (5) os limites da estatística podem ser expostos por meio de materiais qualitativos, sendo interpretados por esta abordagem (JACOBSEN; PICART, 2019; BURBANK & MARTINS, 2011).

Apesar de seu potencial para integrar níveis micro e macro de análise e para conectar significados subjetivos às estruturas de poder, o interacionismo crítico enfrenta desafios práticos consideráveis quando transposto para o campo da gestão. Em primeiro lugar, a complexidade teórica e a multiplicidade de referenciais que compõem o paradigma podem dificultar sua apropriação por pesquisadores que buscam modelos mais consolidados e operacionais.

Além disso, o compromisso ético-político com a emancipação e a justiça social, embora enriquecedor, exige do pesquisador um posicionamento reflexivo e engajado que nem sempre encontra respaldo em instituições acadêmicas ou organizacionais mais alinhadas a perspectivas funcionalistas e instrumentais. Outro desafio reside na execução metodológica: a necessidade de capturar simultaneamente interações cotidianas e arranjos estruturais implica pesquisas longas, intensivas e, muitas vezes, difíceis de financiar ou sustentar. Não se pode deixar de mencionar que ainda há o risco de que a ênfase crítica seja vista como excessivamente normativa ou militante, o que pode gerar resistência dentro do campo da Administração, tradicionalmente marcado por paradigmas positivistas e pragmáticos.

Assim, resgatando o objetivo estabelecido para o artigo, pode-se afirmar que o interacionismo crítico parece se apresentar como um paradigma não somente viável, mas também necessário para que os pesquisadores interessados possam ir mais fundo sobre os problemas que se dedicam. Na área de gestão, muitos fenômenos de caráter multidisciplinar têm demandado novas perspectivas que sigam além dos estudos tradicionalmente apresentados, possibilidades de enfoques que possam ir além das abordagens funcionalistas e desprovidas de senso crítico. Neste sentido, concorrem para se juntarem aos adeptos do interacionismo crítico todos aqueles pesquisadores que buscam compreender os significados carregados de valor tanto em nível do indivíduo/grupo como nas estruturas repressivas nos níveis organizacional e social.

Ao encerrar, espera-se que esta pequena introdução ao paradigma do interacionismo crítico seja capaz de inspirar o leitor a conhecer mais sobre o tema e que, como efeito, as pesquisas sobre tais premissas possam contribuir para o campo da gestão.

REFERÊNCIAS

- ATHENS, L. H. Radical and Symbolic Interactionism: Demarcating Their Boundaries, in Lonnie H. Athens and Norman K. Denzin (eds.). *Studies in Symbolic Interaction*, 41, p. 1–24, 2014.
- BARROS, L. E. V.; CAPPELLE, M. C. A.; GUERRA, P. Symbolic Interactionism and Career 'Outsider': A Theoretical Perspective for Career Study. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, v. 25, n. 1, p. 26-48, 2019.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 25a ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BURBANK, P. M.; MARTINS, D. C. Symbolic interactionism and critical perspective: divergent or synergistic? *Nursing Philosophy*, 11, p. 25–41, 2009.
- CARTER, M. J.; FULLER, C. Symbols, meaning, and action: The past, present, and future of symbolic interactionism. *Current Sociology*, 64(6), p. 931-961, 2016.
- CARVALHO, V. D. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos organizacionais. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 12, n. 4, p. 583-607, 2011.
- CHARMAZ, K. The Power of Constructivist Grounded Theory for Critical Inquiry. *Qualitative Inquiry*, 23(1), p. 34-45, 2016.
- CHARMAZ, K. Special Invited Paper: Continuities, Contradictions, and Critical Inquiry in Grounded Theory. *International Journal of Qualitative Methods*, 16, p. 1–8, 2017.
- CLARKE, A. E. Situational Analyses: Grounded Theory Mapping After the Postmodern Turn. *Symbolic Interaction*, 26(4), p. 553-576, 2003.
- CLARKE, A. E. *Situational Analysis: Grounded Theory After the Postmodern Turn*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005.
- CLARKE, A. E.; FRIESE, C.; WASHBURN, R. S. *Situational Analysis: Grounded theory after the interpretative turn*. 2 ed. Los Angeles: SAGE, 2018.
- DENZIN, N. K. *Interpretive Ethnography: Ethnographic Practices for the 21st Century*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1997.
- DENZIN, N. K. What is critical qualitative inquiry? In G. Cannella, M. Pérez, & P. Pasque (Eds.), *Critical qualitative inquiry: Foundations and futures* (pp. 31-50). Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2015.
- DENZIN, N. K. *Critical Qualitative Inquiry*. *Qualitative Inquiry*, 23(1), p. 8–16, 2017.

DICK, B. What can grounded theorists and action researchers learn from each other? In A. Bryant & K. Charmaz (Eds.), *The handbook of grounded theory* (pp. 398-416). London, England: SAGE, 2007.

EISENHART, M., & JUROW, A. S. (2011). Teaching qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (4th ed., pp. 699-714). Thousand Oaks, CA: SAGE, 2011.

FONTANA, A. Postmodern Trends in Interviewing. In J. Gubrium & J. A. Holstein (Eds.), *Handbook of Interview Research: Context and Method*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.

GRAMSCI, A. *Selections From the Prison Notebooks* (Q. Hoare & G. N. Smith, Trans.). New York: International Publishers, 1971.

HABERMAS, J. *Theory of communicative action*, Volume two: Liveworld and system: A critique of functionalist reason. Boston, MA: Beacon Press, 1987.

HARDING, S. *Whose science? Whose lives? Thinking from women's lives*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1991.

JACOBSEN, H. M. (2019). Introduction: the coming of critical and cultural interactionisms. In: Jacobsen, H. M., eds. *Critical and Cultural Interactionism: Insights from Sociology and Criminology*. London and New York: Routledge, pp. 1-11.

JACOBSEN, M. H.; PICART, C. J. S. (2019). An invitation to 'radical interactionism': towards a reorientation of interactionist sociology? Jacobsen, H. M., eds. *Critical and Cultural Interactionism: Insights from Sociology and Criminology*. London and New York: Routledge, pp. 138-163.

LATHER, P. (2007). *Getting Lost: Feminist Efforts Toward a Double(d) Science*. Albany, NY: State University of New York Press.

MARTINS, D. C.; BURBANK, P. B. Critical Interactionism: An Upstream-Downstream Approach to Health Care Reform. *Advances in Nursing Science*, 34(4), p. 315-329, 2011.

MCCALL, G.; SIMMONS, J. L. *Identities and Interactions*. New York: Free Press, 1978.

MEAD, G. H. (1934, 1962). *Mind, Self and Society* (1st and 2nd editions) (Morris, C. W. ed.). Chicago: University of Chicago Press.

MERTENS, D. M.; HOLMES, H. M.; & HARRIS, R. L. (2009). Transformative research and ethics. In Mertens, D. M.; & Ginsberg, P. E. (Eds.). *The handbook of social research ethics* (pp. 85-101). Thousand Oaks, CA: SAGE.

MIGUEL, L. A. P.; POPADIUK, S. A Semiótica do Compartilhamento de Conhecimento Tácito: Um Estudo sob a Perspectiva do Interacionismo Simbólico. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 17, n. 3, p. 460-473, 2019.

REYNOLDS, L. T.; HERMAN-KINNEY, N. J. *Handbook of Symbolic Interactionism*. Walnut Creek, CA: Altamira, 2003.

SANDSTROM, K. L.; FINE, G. A. (2003): Triumphs, Emerging Voices and the Future. In Reynolds, L. T., & Herman-Kinney, N. J. *Handbook of Symbolic Interactionism*. Walnut Creek, CA: Altamira, pp. 1041–1058.

SANDSTROM, K. L.; MARTIN, D. D.; FINE, G. A. Symbolic Interactionism at the End of the Century. In Reynolds, L. T., & Herman-Kinney, N. J. *Handbook of Symbolic Interactionism*. Walnut Creek, CA: Altamira, p. 217–231, 2001.

SHETH, J. New areas of research in marketing strategy, consumer behavior, and marketing analytics: the future is bright, *Journal of Marketing Theory and Practice*, 28(4), p. 1-10, 2021.

SMITH, G.; JACOBSEN, H. M. (2019). Misgivings about Goffman: social structure, power and politics in the work of Erving Goffman. In: Jacobsen, H. M. (Eds.). *Critical and Cultural Interactionism: Insights from Sociology and Criminology*. London and New York: Routledge, pp. 12-29.